

Obras não podem ser vistas com 'preconceito', afirma Marina

Ela garante que ministério estará atento a impacto de investimentos do PPA

ADRIANA CHIARINI

RIO – A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse ontem que “obras de infra-estrutura não podem ser tratadas com preconceito”. Marina esquivou-se de fazer maiores comentários sobre obras polêmicas previstas no Plano Plurianual (PPA) para a Amazônia, como a construção de hidrelétricas e rodovias em área de conservação ambiental ou terras indígenas, como publicou o **Estado** no domingo.

A ministra limitou-se a garantir que o ministério estará “atento” para que os investimentos não venham a acarretar “mais devastação, mais problemas econômicos e ambientais”. Marina disse que está dialogando com a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, sobre projetos como o da usina hidrelétrica de Santo Antônio, na Amazônia. “Há uma discussão dentro do governo e é a primeira vez que o governo ouviu o Ministério do Meio Ambiente.”

A usina de Santo Antônio e a de Jirau estão previstas no Plano Brasil para Todos, nome de batismo do novo PPA. Juntas, elas gerariam 7.500 megawatts e exigiriam investimento de R\$ 13 bilhões. As hidrelétricas, porém, acarretariam o alagamento de 500 quilômetros quadrados de terra firme ou várzea em Rondônia. É o impacto que essas obras teriam que começa a preocupar os ambientalistas.

Convênio – A ministra assinou ontem, no Rio, um termo de coo-

peração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para acesso a estatísticas e cruzamento de informações. O governo está discutindo como incentivar a produtividade agropecuária em áreas já desmatadas na Amazônia, que estão sendo subutilizadas.

A idéia é que, com o apoio de instrumentos como crédito rural e informações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), seja possível aumentar a produtividade dessas áreas e evitar que os agricultores migrem para outra, ampliando o desmatamento.

Para o secretário de Biodiversidade e Florestas do ministério, João Paulo Capobianco, a medida é um exemplo de como o cruzamento de informações ambientais, econômicas e sociais está sendo usado para elaborar políticas. Foi com dados do IBGE e imagens de satélites do Institu-

to Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que se identificou que cerca de 80% do desmatamento da Amazônia está concentrado em apenas 60 municípios de Rondônia, Mato Grosso e Pará.

A partir dessas informações, será possível executar, nessas áreas, políticas de aumento da produtividade. “Pela primeira vez, o meio ambiente está sendo considerado assunto de Estado e não só de fiscalização”, argumentou Capobianco. A ministra disse querer transformar o Arco do Desmatamento, que inclui também municípios do Maranhão e Acre, no Arco do Desenvolvimento Sustentável.

Marina citou que o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, coordena um grupo de 11 ministérios que vai usar informações do IBGE para tomar decisões sobre investimentos a ser realizados.

PLANO PREVÊ USINA E RODOVIA NA AMAZÔNIA